

Tesouro só prevê a rolagem de US\$ 30 bi dos estados

Os estados e municípios deverão refinar apenas US\$ 30 bilhões dos US\$ 57 bilhões da dívida total com a União. A estimativa é do diretor-adjunto do Tesouro Nacional, Alvaro Manoel, para quem esse valor poderá baixar para US\$ 25 bilhões.

A Lei nº 8.388, aprovada no final do ano passado, estabelece que os débitos externos, as dívidas já renegociadas em 1988 com base na Lei nº 7.976 e os débitos com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) não entram na rolagem da dívida com a União. Alvaro Manoel explicou que a não-adesão de alguns estados à rolagem proposta pelo Governo e o encontro de contas com a União deverão reduzir o total a ser refinanciado.

Entram na rolagem a dívida mobiliária e todos os débitos não renegociados de estados e municí-

pios, inclusive de suas empresas estatais, com o Tesouro Nacional e com as agências oficiais de crédito (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal etc.). Para ter direito à rolagem, as administrações estaduais e municipais devem estar em dia com os seus compromissos desde outubro do ano passado, data estipulada para a consolidação dos débitos.

A rolagem da dívida dos estados e municípios é uma peça importante do ajuste fiscal do setor público pretendido pelo Governo Federal. Assinados os contratos, os estados terão suas dívidas com o Governo refinanciadas por um prazo de 20 anos, mas garantirão à União pagamentos trimestrais de seus débitos, o que representa para o Governo a retomada desses fluxos de pagamento, historicamente ameaçados pela inadimplência.

Acerto

No encontro de contas, os estados apresentarão seus créditos jun-

to à União, isto é, as dívidas de empresas estatais com as administrações estaduais e municipais. O valor dessa dívida da União ainda não é conhecido pelo Governo Federal.

Na avaliação de Alvaro Manoel, as negociações em torno da rolagem deverão avançar tão logo o Senado Federal aprove a resolução que disciplina o endividamento de estados e municípios. O projeto de resolução entrou ontem na pauta de votação da Casa. A expectativa do Governo é que todos os contratos de refinanciamento sejam assinados até o final deste ano.

Por enquanto, Santa Catarina e São Paulo são os estados que estão mais avançados em relação à consolidação das dívidas com as agências oficiais de crédito e ao encontro de contas. Já Paraná e Ceará não deverão requerer a rolagem porque participaram do refinanciamento de quatro anos atrás e estão em dias com suas contas.